

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Uma análise socioeconômica na perspectiva keynesiana
The Growth Acceleration Program (PAC): A Socioeconomic analysis in the keynesian perspective

André Correia Bueno¹
Caroline Giusti de Araújo²
Fernando Henrique Franzi de Oliveira³

Resumo

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007 com o objetivo estimular o investimento através do planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país. Além disso, o programa visava o aumento do emprego e da renda. Nesse contexto, o artigo busca avaliar o PAC por uma perspectiva socioeconômica keynesiana, com foco no conceito de demanda efetiva enfatizando a importância do investimento e do Estado como elemento chave para a coordenação da atividade econômica. Serão avaliados os efeitos do programa utilizando o instrumental insumo-produto ao definir os setores chaves na economia e os efeitos de multiplicadores de produto, renda e emprego. Conclui-se que o programa escolheu setores chave e proporcionou impactos positivos na economia. No entanto, a crise internacional a partir de 2008 tornou-se um percalço ao seu sucesso, pois, ao invés do programa ter que atuar apenas como um fomentador do investimento, este foi utilizado como medida anticíclica, atenuando seu propósito inicial.

Palavras-chave: Demanda efetiva; PAC; Insumo-produto

Abstract

The Growth Acceleration Program (PAC) was created in 2007 to stimulate investment through planning and execution of major social, urban, logistics and energy infrastructure projects in the country. In addition, the program aimed at increasing employment and income. In this context, the article seeks to evaluate the PAC by a Keynesian socioeconomic perspective, focusing on the concept of effective demand and emphasizing the importance of investment and the State as a key element for the coordination of economic activity. The effects of the program using input-output instruments will be evaluated by defining the key sectors in the economy and the effects of product, income and employment multipliers. It is concluded that the program has chosen key sectors and provided positive impacts in the economy. However, the international crisis in 2008 has become a shock to its success, because, instead of the program having to act only as an investment promoter, it was used as a countercyclical measure, mitigating its initial purpose.

Key words: Effective demand; PAC; Input-output

JEL Code: C67, E12, E20.

Área na AKB: Área 1 - Macroeconomia, política econômica e financiamento do desenvolvimento.

¹ Mestrando em teoria econômica no instituto de economia da Unicamp.

² Mestrando em teoria econômica no instituto de economia da Unicamp.

³ Mestranda em desenvolvimento econômico no instituto de economia da Unicamp.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a importância do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como um programa de fomento do investimento público e das expectativas e, conseqüentemente, do investimento privado, em uma perspectiva keynesiana, através de uma contextualização histórico-econômica e da metodologia insumo-produto.

O estudo de programas públicos, como o PAC, justifica a importância da intervenção estatal pois, conforme Keynes (1982) afirmou, não se pode abandonar à iniciativa privada a responsabilidade sobre os níveis de investimento. As preocupações centrais de Keynes (1982) na Teoria Geral são as análises dos níveis de emprego e renda, diferentemente da teoria clássica, para Keynes o mercado de trabalho e o nível de emprego não são regulados pelos salários e pela eficiência marginal do trabalho, mas sim pelas decisões dos capitalistas de produzir e investir.

Belluzzo & Almeida (2002) destacam a importância do investimento e definem o conceito de demanda efetiva como o nível de renda e emprego da comunidade que “é determinado pelas decisões de gastos do capitalista, as quais são tomadas a partir de avaliações efetuadas isoladamente por cada empresário sobre as quantidades que antecipam vender a um determinado preço” (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 65).

O PAC foi criado em 2007 com o objetivo de promover o incentivo do investimento através do planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país.

De forma a se analisar o PAC em uma perspectiva keynesiana será inicialmente realizada uma revisão bibliográfica acerca da demanda efetiva, investimento e ciclos econômicos para Keynes. A metodologia utilizada abrange inicialmente uma revisão descritiva do PAC. Posteriormente será analisado o Balanço Completo do programa em 2010 e, por fim, será utilizado o instrumental insumo-produto para se avaliar os efeitos multiplicadores de renda, emprego e produção dos setores escolhidos estrategicamente.

O trabalho será dividido, além desta introdução, em quatro seções: revisão teórica; aspectos descritos do PAC; análise empírica; e por fim, serão realizadas as considerações finais seguida do referencial teórico.

2. Revisão bibliográfica

2.1. Demanda efetiva em Keynes

O objetivo do artigo é avaliar o PAC por uma perspectiva socioeconômica keynesiana. Dessa maneira, torna-se essencial a compreensão dos seguintes conceitos: demanda efetiva, importância do investimento e ciclos econômicos. Nesse contexto, a busca em definir a demanda efetiva keynesiana leva a um exame do capítulo três da “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” de Keynes (1982). Para isso, faz-se necessário definir dois conceitos, a saber, de demanda agregada e oferta agregada.

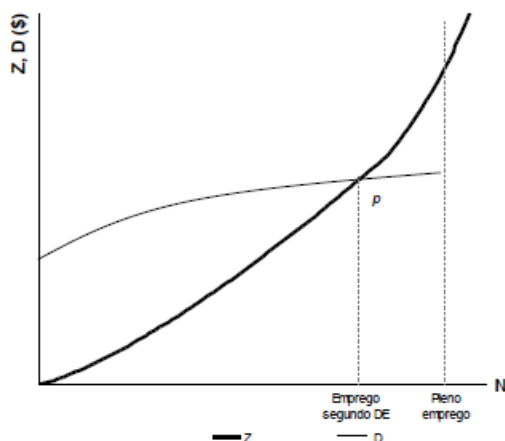
Segundo Keynes (1982) a oferta agregada da produção (Z) é o produto esperado que faz com que o empresário considere vantajoso oferecer um determinado nível de emprego. Chiliatto-Leite (2010) também definiu a oferta agregada a partir da leitura de Davidson e Smolensky (1964) e Weintraub (1966) como a quantia monetária esperada necessária (no sentido em que cobre os custos de fatores e possibilita lucro mínimo) das vendas para diferentes níveis de emprego. Em outras palavras, o autor define:

“(...) pode-se afirmar que a curva de oferta expressa aquilo que os empresários esperam (em cada patamar de emprego de uma estrutura de capital) receber somando as despesas de salário, custos fixos e variáveis e um montante de lucro mínimo. (...) Z representa os valores a partir dos quais passa a ser viável, na ótica dos empresários, o emprego de mais trabalho”. (CHILIATTO-LEITE, 2010, p. 4).

Por sua vez, a demanda agregada (D) apresenta o produto que o empresário espera receber pelo emprego (N) proporcionado. Dessa forma, o volume de emprego será determinado

pelo ponto de intersecção da oferta agregada e da demanda agregada, ou seja, quando $D=Z$, pois, segundo Keynes (1982) é neste ponto que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas, conforme Figura 1. O valor D resultante desta intersecção é a demanda efetiva, isto é, neste ponto o emprego é efetivo e o produto é esperado. Note que o volume de emprego definido não precisa corresponder ao volume de pleno emprego, que caracteriza o caso clássico. Nessa perspectiva, entende-se que o nível de emprego é subproduto da decisão de valorização do capital pelo empresário por meio da produção.

Figura 1: Determinação da demanda efetiva



Fonte: Chiliatto-Leite (2010)

Sendo assim, pode-se dizer que nessa economia há uma hierarquia de decisões, na qual o emprego é a última das decisões e não é o foco dos capitalistas. Acima dessa posição, estão a decisão de produzir do capitalista, que por sua vez é subordinada às decisões de consumo e investimento, uma vez que estes são os elementos-chaves da demanda efetiva e foco da previsão dos capitalistas. Por fim, pode-se afirmar que a decisão de investimento é subordinada à decisão da alocação da riqueza, já que os indivíduos podem decidir alocar seus recursos em novos bens de capital ou em moeda.

Com base na hierarquia de decisão no capitalismo ressalta-se a importância da decisão de investimento para a definição da demanda efetiva frente aos aspectos que definem o consumo e a propensão marginal a consumir⁴, como destacado por Keynes (1982):

Com toda certeza, portanto, os montantes reais da poupança e do consumo agregado não dependem da Precaução, da Providência, do Cálculo, da Melhoria, da Independência, da Iniciativa, do Orgulho ou da Avareza. A virtude e o vício não têm papel a desempenhar. Tudo depende da medida com que a taxa de juros seja favorável ao investimento, levando-se em conta a eficiência marginal do capital. (KEYNES, 1982).

Portanto, a decisão de produção depende das expectativas formadas pelos empresários com relação ao rendimento futuro dos ativos, permitindo-os comparar a eficiência marginal do capital com a taxa de juros. A taxa de retorno da moeda (taxa monetária de juros) estabelece um retorno mínimo de liquidez aos demais ativos da economia dada suas propriedades de elasticidades de substituição e produção próximas a zero.

^{4 4} A propensão marginal a consumir é definida, segundo Keynes (1982) nos capítulos 8 e 9 por fatores objetivos e subjetivos. Entre os fatores objetivos destacam-se: (1) Variação na unidade de salário, (2) Variação entre a diferença entre renda e renda líquida, (3) Variações imprevistas nos valores de capital não considerados no cálculo da renda líquida, (4) Variações na taxa intertemporal de desconto, (5) Variações na política fiscal e (6) modificações nas expectativas entre nível presente e nível futuro de renda. Entre os fatores subjetivos, que fazem com que o indivíduo se abstenha de gastar toda a sua renda, destacam-se: (1) Precaução, (2) Providência, (3) Cálculo, (4) Melhoria, (5) Independência, (6) Iniciativa, (7) Orgulho e (8) Avareza.

Possas (1986) fez discussões importantes no que diz respeito ao princípio da demanda efetiva atribuindo algumas críticas à forma de exposição de Keynes do tema. A definição de oferta e demanda agregada são feitas *ex-ante* e, com isso, a demanda efetiva também teria esse caráter, ou seja, de ser independente da realização da produção e do valor das vendas definidos *ex-post*. Para Possas essa definição *ex-ante* traz um “excesso de linguagem” cometido por Keynes no sentido em que o ponto de demanda efetiva não configura um ponto de equilíbrio, haja vista não ser considerada a situação *ex-post* do problema, ou seja, a realização. No entanto, o sentido desse uso é porque objetiva outros fins, a saber, o de avaliar o confronto entre a ocupação dos recursos dada pela produção e sua alocação e não o conflito entre produção e realização. Dessa forma, Possas define a demanda efetiva:

Demanda efetiva, portanto, é um conceito de demanda tal como prevista pelos agentes econômicos (empresários) que, defendendo o comando sobre a produção, e tendo resolvido o que e como produzir, decidem a cada período de produção o quanto produzir - e, desta forma, o quanto empregar – dos recursos existentes. (POSSAS, 1986, p. 297).

De acordo com Possas (1986) é objetivo maior de Keynes na sua obra demonstrar que o desemprego não é uma condição de desequilíbrio, mas sim inerente ao funcionamento da economia, e que o pleno emprego é uma condição específica. Para o autor, trata-se de uma teoria de determinação da produção apoiada em dois conceitos temporais: o do período de produção e o de curto prazo que é quando o capitalista toma a decisão de quanto produzir, dos estoques a serem mantidos e a que preços vender. Por fim, Possas (1986) destaca que o valor agregado *ex-post* resultante das vendas é definido como renda, que no agregado, é determinada pelo investimento e pelo consumo.

2.2. Investimento em Keynes

Ao analisar os componentes da demanda agregada, Keynes (1982) conclui que o consumo, embora seja o elemento de maior participação na própria, não detém o papel fundamental para a determinação do produto e do emprego. Isto decorre do fato dessa variável ser primordialmente determinada pela renda disponível, sendo seu volume estável durante o tempo e, portanto, recaindo ao investimento o caráter dinâmico e instável da economia.

Nesse sentido, as flutuações da demanda, produto e emprego, assim como as crises do capitalismo, derivam-se majoritariamente do investimento. Logo, a compreensão dos seus elementos determinantes e do processo em que se origina demonstra-se de primordial relevância.

A decisão de investir e, conseqüentemente, o volume de investimento, dependeria fundamentalmente, em conformidade com Keynes (1982), da relação entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros e das expectativas dos agentes que interagem e permeiam ambos os elementos.

Primeiramente, no que concerne a eficiência marginal do capital, esta depende das avaliações dos empresários sobre os rendimentos futuros esperados de um ativo de capital em comparação com o seu custo, isto é, o seu preço de oferta. Em suas palavras, Keynes (1982) define:

(...) a eficiência marginal do capital como sendo a taxa de desconto que tornaria o valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta. Isto nos dá as eficiências marginais dos diferentes tipos de bens de capital. A mais alta destas eficiências marginais pode, então, ser considerada a eficiência marginal do capital em geral. (KEYNES, 1982, p.149)

Deste modo, é nítido o papel relevante das expectativas dos agentes sobre esse elemento, visto que os rendimentos futuros são estimativas hipotéticas, ou seja, os empresários possuem expectativas sobre os lucros e os mesmos estão sujeitos a previsões errôneas ou corretas, sendo assim repletos de incertezas e submetidos a possíveis modificações.

Sendo assim, o grau de confiança desses agentes, bem como citado por Keynes (1982), é primordial para a formulação das expectativas, principalmente as de longo prazo, no qual permeiam os rendimentos esperados, impactando diretamente a eficiência marginal do capital⁵ e, *a posteriori*, o volume de investimento realizado.

Isto posto, para contornar tamanha adversidade como a incerteza e a falta de uma base científica concreta (cálculo probabilístico) sobre esses rendimentos futuros, Keynes (1982) cita o papel fundamental das convenções para os empresários (agentes), uma vez que estas proporcionam uma base para as expectativas, sendo um bom guia para o futuro, atenuando, deste modo, o nível de incerteza no qual permeia a economia.

Ainda no que tange a eficiência marginal do capital, após salientar a incerteza sobre os rendimentos futuros de um bem de capital, e o papel das expectativas e convenções para os agentes, faz-se necessário introduzir a taxa de juros, posto que esta é o prêmio pela renúncia da liquidez. Em conformidade com Keynes (1982), a decisão de investir ocorreria até o ponto em que a eficiência marginal do capital se igualasse a taxa de juros, uma vez que os agentes não iriam se expor a riscos para obter um rendimento menor que a taxa de juros.

Portanto, a taxa de juros seria como um delimitador para a decisão de investir, uma vez que esta é resistente a queda dada as características da moeda de elasticidades de produção e substituição próximas a zero. Sendo assim, esta variável possui uma relação inversa com o investimento, visto que quanto mais alta (baixa) a taxa de juros menor (maior) o volume de investimento.

2.3. Ciclo econômico para Keynes

Após a realização de uma revisão teórica sobre Keynes (1982) no que concerne à demanda efetiva e, principalmente, do papel e impacto do investimento sobre a mesma, torna-se essencial buscar um maior entendimento dos ciclos econômicos, como realizado por Keynes no capítulo 22 da Teoria Geral, em que toda a dinâmica de sua teoria se demonstra em sua plenitude.

Consoante a Keynes (1982), para uma explicação mais elaborada dos ciclos econômicos, faz-se necessário considerar alguns conceitos concretizados em sua obra, como as alterações do estado da preferência pela liquidez, propensão marginal a consumir e eficiência marginal do capital. Contudo, o autor define nitidamente que a variável chave para a dinâmica do capitalismo e, conseqüentemente, para sua instabilidade, são as oscilações da eficiência marginal do capital, portanto, do investimento. Tal fato é explanado nesse trecho pelo autor:

Sugiro, todavia, que o caráter essencial do ciclo econômico e, sobretudo, a regularidade de ocorrência e duração, que justificam a denominação ciclo, se devem principalmente ao modo como flutua a eficiência marginal do capital. Na minha maneira de ver, o ciclo econômico deve, de preferência, ser considerado o resultado de uma variação cíclica na eficiência marginal do capital, embora complicado e frequentemente agravado por modificações que acompanham outras variáveis importantes do sistema econômico no curto prazo. (KEYNES, 1982, p. 293)

Deste modo, Keynes (1982) procura caracterizar o movimento cíclico da economia ao distinguir dois movimentos antagônicos, o de expansão e o de contração. O autor cita que:

(...) o fato de que a substituição de uma fase ascendente por outra descendente geralmente ocorre de modo repentino e violento, ao passo que, como regra, a transição

⁵ Um exemplo relevante no qual a confiança e a expectativa impactam diretamente a eficiência marginal do capital, e eleva o grau de incerteza sobre o retorno futuro do investimento é a questão da implementação de uma inovação em um bem de capital. Neste caso, o surgimento de uma inovação pode tornar um investimento realizado anteriormente obsoleto, gerando grandes perdas ao empresário. Outro fator que influencia a eficiência marginal do capital é a abundância ou a escassez existente de bens de capital e o custo corrente da produção dos bens de capital.

de uma fase descendente para uma fase ascendente não é tão repentina. (KEYNES, 1982, p. 294)

Pode-se presumir que a repentina e violenta queda da renda vem de uma ruptura das expectativas dos agentes — ou lapso de alguma convenção existente, demonstrando seu papel fundamental para o andamento da economia —, acarretando em um colapso da eficiência marginal do capital. Destarte, Keynes (1982) enfatiza que previamente a esta crise, as últimas etapas do movimento de expansão da economia são proporcionadas por uma previsão errônea e extremamente otimista (confiança dos agentes) sobre os rendimentos futuros dos bens de capital a fim de superar os custos de produção e a alta taxa de juros. No momento em que esses rendimentos não se concretizam ondas de pessimismo e incerteza se proliferam por toda economia, ocasionando o colapso da eficiência marginal do capital.

Essa elevação de pessimismo e incerteza proporciona uma ascensão do motivo especulação e, conseqüentemente, da retenção da moeda e aumento da taxa de juros. Portanto, constata-se que em um momento de crise, a economia não demonstra forças para superá-la, uma vez que a queda da confiança dos agentes e elevação da taxa de juros apenas produzem entraves à eficiência marginal do capital, promovendo um aumento do desemprego⁶ e redução da renda. Deve-se considerar ainda que a vida útil dos bens de capital e formação de estoques devido ao erro de previsão dos empresários proporcionam uma demora para a recuperação da eficiência marginal do capital.

Faz-se importante ressaltar que existe um lapso de tempo para a absorção dos estoques, sendo que esse processo representa um investimento negativo no qual eleva o desemprego. Conforme Keynes (1982), seu fim possibilita um considerável alívio a economia, favorecendo o início de um processo de expansão, que, como já citado, apresenta-se de maneira menos abrupta que o movimento de contração. Deste modo, conforme Keynes (1982, p. 298): “Em conclusão, acho que não se pode, com segurança, abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o volume corrente de investimento”.

Destarte, demonstra-se nitidamente com base neste trecho que, por consequência da volatilidade da eficiência marginal do capital, e todos seus desdobramentos no sistema, o autor se revela descrente da capacidade de a iniciativa privada ser capaz de proporcionar um grau de confiança para as expectativas no qual mantenha a economia em uma certa estabilidade. Isto posto, Keynes (1982) conclui que um outro agente deve se incumbir desta tarefa, sendo neste caso, o Estado. Conforme o autor destaca:

O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado, parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. (KEYNES, 1982, p. 345)

Portanto, o Estado possuiria o papel de elevar o nível de confiança dos agentes, proporcionando boas expectativas sobre o futuro, estabelecendo uma manutenção da eficiência marginal do capital em um grau satisfatório para geração de estabilidade da economia, prevenindo grandes oscilações dessa variável. Faz-se de extrema relevância que o Estado instaure uma relação cooperativa com a iniciativa privada, implementando programas, tal como o PAC, que almejem a concretização desse objetivo.

⁶ Acerca do desemprego resultante da preferência pela liquidez dos agentes, Keynes (1982) afirma que: “quer isso dizer que o desemprego aumenta porque as pessoas querem a Lua; os homens não podem conseguir emprego quando o objeto dos seus desejos (isto é, o dinheiro) é uma coisa que não se produz e cuja demanda não pode ser facilmente contida.” (KEYNES, 1982, p. 229)

3. Aspectos descritivos do Programa de Aceleração do Crescimento

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007 com o objetivo de promover o incentivo do investimento – através do planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética⁷ no país. Nesse panorama, o programa visava o aumento do emprego e da renda.

Segundo informações disponibilizadas pelo Governo Federal (2007) as medidas do PAC podem ser organizadas em cinco blocos: i) investimento em infraestrutura; ii) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; iii) medidas fiscais de longo prazo; iv) estímulo ao crédito e financiamento e v) melhora do ambiente de investimento.

No eixo dos investimentos em infraestrutura, DIEESE (2007) destaca que o valor estimado para este componente para os anos de 2007 a 2011 foi de R\$ 503,9 bilhões, destinados a vários projetos em diversas regiões do país. Pode-se afirmar que o objetivo do programa nesta área era direcionar recursos aos gargalos da economia, ou seja, aos setores que impediam o aumento do nível de atividade econômica, tais como o de fornecimento de energia e infraestrutura de transporte. Destaca-se ainda que o programa tinha como objetivo fazer com que a expansão do investimento público fosse, para além dos benefícios da sua realização, um sinalizador para a expansão do investimento privado (DIEESE, 2007).

Outras medidas adotadas pelo PAC para estimular o investimento, nos blocos da desoneração fiscal e aperfeiçoamento do sistema tributário, conforme apontado pelo DIEESE (2007) são a criação da lei geral das pequenas e médias empresas, a ampliação do prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias e do PIS/COFINS⁸ (Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade), o reajuste da tabela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital e Nota Fiscal Eletrônica e a desoneração dos fundos de investimento em infraestrutura⁹.

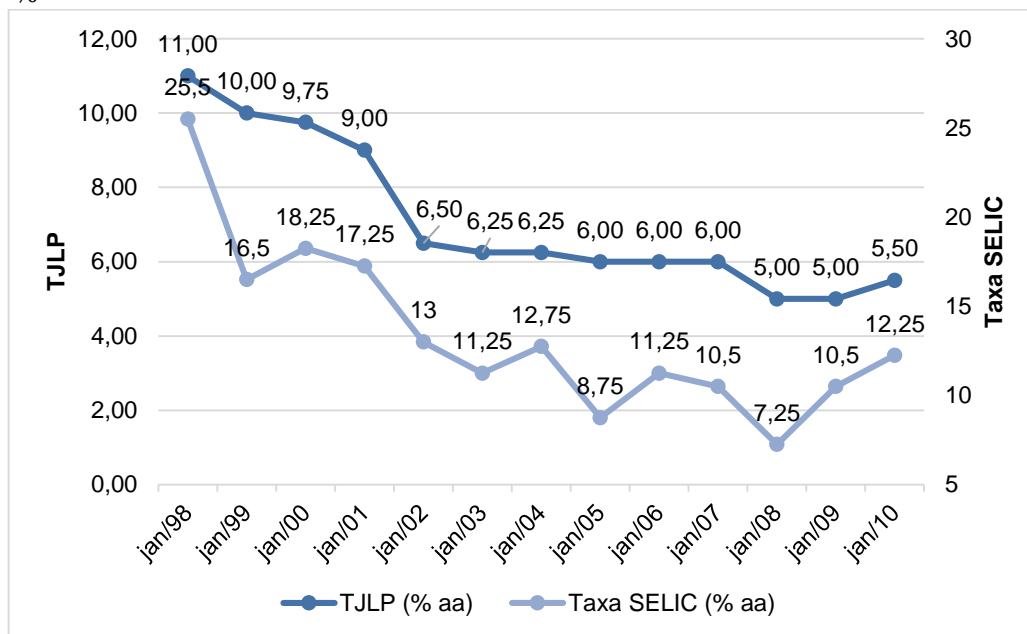
Em relação ao bloco de fornecimento de crédito, destaca-se que o objetivo nesta área era fornecer crédito produtivo de longo prazo para as empresas, “com ênfase nas áreas habitacional e de infraestrutura” (DIEESE, 2007, p. 5). Neste quesito, destaca-se a redução da taxa de juros de longo prazo, como pode ser visto na Figura 2 (de 11,25% em 2006 para 7,25% em 2008). Esta variável é a principal referência para o financiamento de investimentos de longo prazo efetuados pelo BNDES. Mantega (2007) reafirma a importância do crédito para o programa e reitera que um dos eixos básicos do programa é o aumento do volume de crédito para a sociedade e a redução das taxas de juros.

⁷ Os eixos de logística de transporte e energia são os principais para o PAC segundo Rousseff (2007).

⁸ Acerca da ampliação do prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias e do PIS/COFINS, o Governo Federal (2007) destaca que a desoneração de obras de infraestrutura visava suspender a exigibilidade da cobrança do PIS e COFINS nas aquisições de insumos e serviços vinculados a novos projetos de infraestrutura nos setores de transporte, portos, energia e saneamento básico.

⁹ Esta desoneração visava criar um fundo de investimento em infraestrutura (FIP-IE) para financiamento de projetos de longo prazo.

Figura 2: Evolução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Taxa SELIC em %



Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES e Banco Central do Brasil.

Ademais, destaca-se a redução dos spreads do BNDES para infraestrutura, logística e desenvolvimento urbano, que reduz o custo financeiro de projetos nos setores de energia, ferrovias, aeroportos, portos, terminais, transporte urbano integrado e saneamento ambiental. De forma geral, a concessão de crédito pode estimular o investimento privado nos setores elencados como gargalos da economia. Rousseff (2007) destaca que ao BNDES foi alocado o papel estratégico e fundamental para a viabilização de grandes projetos de infraestrutura, pois é a primeira vez que recursos (tanto orçamentários como do sistema financeiro) são alocados para o saneamento e habitação. Pode-se, portanto, afirmar que os resultados dessas ações específicas em diversos blocos causariam uma melhora do ambiente de investimento.

Mantega (2007) destaca que o PAC foi o principal instrumento da estratégia de desenvolvimento do governo Lula. Ele foi um programa de crescimento sustentável, cujo principal objetivo foi elevar o patamar do investimento público e privado, além de resgatar a ideia de planejamento governamental a longo prazo. Nesse aspecto, DIEESE (2007) destaca:

O PAC revela uma ação governamental planejada com vistas à retomada da capacidade orientadora do Estado na questão do crescimento econômico do país, através do incremento da taxa de investimento público e privado em áreas consideradas estratégicas. (DIEESE, 2007, p.3)

Mantega (2007) avalia que o PAC não foi um plano hermético, mas sim um programa ajustável às necessidades e dificuldades correntes a época. Segundo o autor, a necessidade da ampliação dos investimentos em infraestrutura foi resultado da expansão do crescimento econômico do período anterior, ou seja, o objetivo era fazer com alguns setores, como por exemplo, energético, não representassem um estrangulamento ao crescimento econômico que vinha ocorrendo. Destaca-se, além disso, a análise do autor sobre a importância do setor de construção civil para a geração de emprego e ampliação da capacidade instalada.

Paralelamente, com vista a melhorar o ambiente de negócios, Mantega (2007) aponta a necessidade de se aperfeiçoar o marco regulatório em diversos setores da economia, para garantir maior segurança jurídica e institucional para os novos investimentos.

Frischtak¹⁰ (2007) destaca que o plano de investimentos do PAC foi o primeiro plano de desenvolvimento que não foi feito para enfrentar crises. Para o autor, o programa seria um instrumento mobilizador do governo, em torno de um conjunto de metas físicas e projetos de execução monitoráveis.

Rousseff (2007) destaca que o efeito positivo do PAC seria o aumento da demanda agregada, com geração de mais emprego e renda, ao longo dos quatro anos posteriores ao início do programa. Ademais, o programa traria o fortalecimento dos fundamentos econômicos, conjugado ao crescimento, distribuição de renda, melhoria nas expectativas e estabilidade econômica. A autora também afirma que a concretização dos objetivos do PAC colocaria desafios ao setor público brasileiro dado que o programa definiu o investimento público como prioridade no país.

Com base na projeção realizada pelo PAC e Rousseff (2007) acerca das variáveis macroeconômicas brasileiras é possível realizar um quadro comparativo entre os resultados esperados e realizados do programa, como pode ser visto na Tabela 1. Pode-se verificar que houve uma redução da taxa de juros SELIC entre os anos de 2007 e 2010, de 11,94% para 10,03%. Em relação à taxa de crescimento, pode-se observar que para todos os anos em análise, com exceção de 2009, a variável ficou acima do valor inicialmente projetado. O resultado primário, para o triênio 2007-2009 apresentou uma tendência de redução e ficou abaixo da meta. Apenas em 2010 ocorreu uma reversão desta tendência e a variável sofreu um aumento, apesar de ainda ficar abaixo da meta inicialmente proposta. A variável inflação apresentou comportamento oscilante, ficando abaixo da meta em 2007 e 2009, e acima da meta em 2008 e 2010. Por fim, com exceção de 2008, a dívida líquida do setor público ficou para todos os anos analisados acima da meta projetada.

Tabela 1: Cenário macroeconômico projetado e realizado durante o PAC

Cenário do PAC	2007		2008		2009		2010	
	Esperado	Realizado	Esperado	Realizado	Esperado	Realizado	Esperado	Realizado
SELIC nominal (média anual)	12,10	11,94	10,70	12,59	10,00	9,81	9,50	10,03
Crescimento real do PIB	4,50	6,07	5,00	5,09	5,00	-0,1	5,00	7,53
Resultado primário (% do PIB)	3,80	2,20	3,80	2,30	3,80	1,30	3,80	2,00
Inflação	4,50	4,46	4,50	5,90	4,50	4,31	4,50	5,91
Dívida líquida do setor público (% PIB)	43,90	44,50	41,40	37,60	38,80	40,90	36,00	38,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Rousseff (2007)

Por fim, segundo Mantega (2007) alguns dos principais desafios para o sucesso do PAC seriam: i) o câmbio, que não poderia apresentar uma sobrevalorização e seria uma variável de difícil controle (dado o saldo comercial favorável apresentado no período); ii) a arbitragem das taxas de juros e iii) a elevada liquidez internacional que coexistia com baixas oportunidades de investimento nos países desenvolvidos.

4. Análise Empírica do PAC

4.1. Balanço do PAC

No contexto da teoria macroeconômica keynesiana e da contextualização histórico-econômica do PAC abordados anteriormente é possível estabelecer conexões entre a teoria e os fundamentos do programa. Isto pode ser realizado através de uma análise que verifique os impactos do programa na economia como um todo e nos principais setores contemplados pelos

¹⁰ Frischtak (2007) destaca que do ponto de vista dos incentivos tradicionais, o setor de tecnologia foi o mais beneficiado.

investimentos ou créditos do PAC. Ademais, constatar seus níveis de eficiência¹¹ também se demonstra de suma importância para a avaliação deste programa.

Isto posto, constata-se com base no Balanço Completo do PAC (2010), que em grande medida os investimentos programados foram realizados. Dos R\$ 657,4 bilhões previstos para serem investidos pelo programa no período, 94,1% (R\$ 619 bilhões) foram executados. Outro elemento determinante para a elevação dos investimentos no Brasil nesse período foi o crédito bancário, especialmente para o setor imobiliário e, também, o papel do BNDES com sua taxa de juros de longo prazo subsidiada.

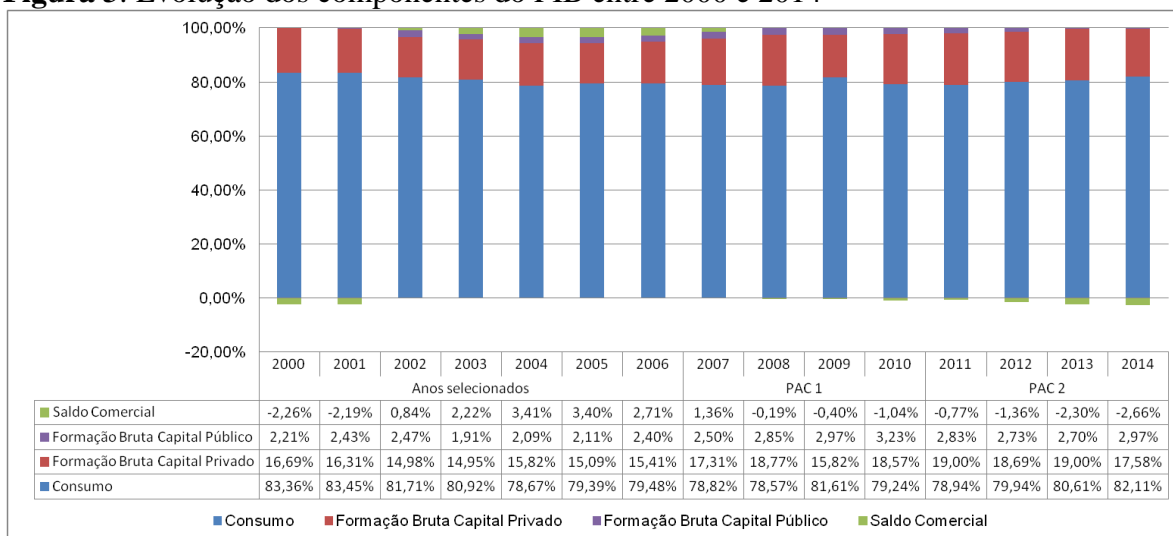
Dos R\$ 619 bilhões investidos por meio do PAC, este pode ser decomposto em alguns elementos como: o setor público (estatais, OGU/Fiscal e Seguridade e contrapartidas de estados e municípios) com R\$ 267,1 bilhões; o setor privado, detendo um montante de R\$ 128 bilhões; os Financiamentos Habitacionais à Pessoa Física foram de R\$ 216,9 bilhões e os empréstimos ao setor público alcançaram R\$ 7 bilhões.

No que concerne ao volume de investimentos por eixos chaves do PAC, primeiramente no setor de Logística, verifica-se um valor de R\$ 65,4 bilhões durante o período. Já no setor de Energia, conforme o Balanço do PAC (2010), as ações implementadas alcançaram R\$ 148,5 bilhões, sendo 33,7 bilhões em geração e transmissão de energia e o restante investidos em petróleo, gás natural e combustíveis renováveis. Por fim, foram investidos R\$ 230,1 bilhões no eixo Social e Urbano. Ressalta-se que estes empreendimentos foram executados em todo país procurando uma descentralização dos investimentos, promovendo uma redução das desigualdades regionais.

Além disso, faz-se necessário destacar o percentual de obras concluídas pelo programa, afim de verificar sua eficiência. Com base nos dados divulgados do PAC¹², durante o íterim do programa, 48% das ações previstas foram concluídas, as ações classificadas como sendo executadas em um ritmo adequado representam 49% do total e 3% necessitavam de atenção.

Por conseguinte, constata-se os impactos do PAC na economia brasileira através da análise da composição do PIB e das expectativas dos agentes, fator ressaltado tanto por Rousseff (2007) quanto por Mantega (2007). De fato, é notável a elevação da formação bruta de capital fixo (FBCF) a partir de 2007. Nos anos precedentes a mesma não alcançou 20% do PIB, retratando a importância do programa, conforme Figura 3.

Figura 3: Evolução dos componentes do PIB entre 2000 e 2014



Fonte: IBGE - Elaboração própria

¹¹ Por nível de eficiência entende-se o percentual de conclusão das obras do programa.

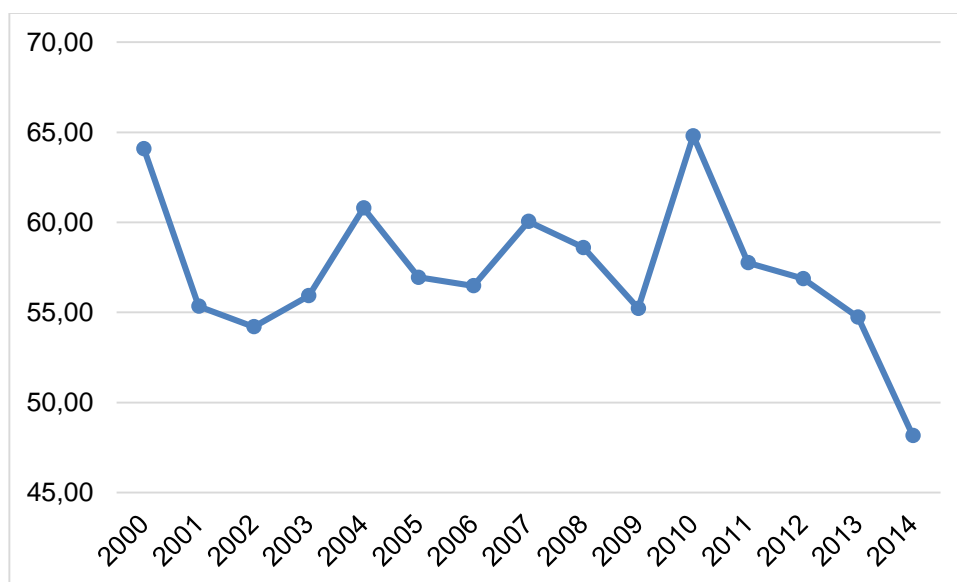
¹² Dados referentes a outubro de 2010.

Ademais, torna-se primordial visualizar o papel do investimento público como condutor e complementar ao investimento privado fazendo com que este último se expusesse a níveis mais elevados do que nos anos anteriores.

Dado o contexto de crise internacional a partir de 2008, nota-se que a participação do investimento público no PIB apresentou-se crescente, buscando sustentar o nível de investimento total, impedindo, deste modo, um grande decréscimo dessa variável chave para a economia e, ainda, contribuindo para a retomada do investimento privado no ano subsequente.

Nesse contexto, houve uma sinalização para os empresários de um ambiente econômico mais favorável a partir de 2009 conforme demonstra o índice de confiança dos empresários (ICEI) da Figura 4. Deste modo, infere-se que o PAC, apesar de não ser inicialmente um programa voltado para o combate da crise, tornou-se relevante para o enfrentando desta, pois o mesmo buscou sustentar o nível de investimento e manter a confiança dos empresários estável. Dessa maneira, pode-se considerar que o PAC foi utilizado como um programa anticíclico para enfrentamento da crise internacional de 2008.

Figura 4: Índice Confiança do Empresário Industrial (ICEI) – geral – média anual



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipea.

Nessa perspectiva, dadas às variações nas expectativas, conforme a *proxy* apresentada na Figura 4, o nível de investimento pode flutuar, conforme supracitado na revisão teórica, causando assim variações na demanda efetiva. Portanto, dado o nível da importância das expectativas para os empresários, pode-se afirmar que o PAC, ao introduzir um programa multidimensional de investimento (social, urbano, logística e energia), visou aumentar a confiança do empresariado, de forma a estimular positivamente a demanda efetiva (através do investimento privado e público), além de uma retomada da capacidade orientadora do Estado.

Nesse contexto, Carvalho (1992) destaca que a atividade produtiva da empresa, em especial o investimento, é coordenada tendo em vista as expectativas de lucro – expectativas essas que são basicamente especulativas. Sendo assim, o PAC ao priorizar a retomada do investimento e construir um horizonte mais favorável ao próprio e à aplicação de recursos, permitiu que o cenário macroeconômico tivesse maior previsibilidade, estabilidade e regras claras (DIEESE, 2007).

Ademais, este programa é importante porque contribui de maneira expressiva para a geração de emprego e renda¹³. O papel do Estado como fomentador do investimento, como no

¹³ Conforme será abordada na seção seguinte com a metodologia insumo-produto.

caso do PAC, é justificado, pois numa conjuntura de redução do investimento e piora nas expectativas devido à crise, a superação desse movimento só poderá ocorrer com a intervenção de um agente disposto a incorrer em déficit e gerar dívida nova.

4.2. Análise do PAC com metodologia matriz insumo-produto

O intuito desta seção é avaliar através do instrumental insumo-produto as características dos setores econômicos em que o PAC realizou investimentos, buscando analisar se os setores são chaves para a economia e que, portanto, merecem destaque na formulação de políticas públicas. Além disso, buscou-se avaliar os multiplicadores de empregos e renda, na forma direta, indireta e induzida¹⁴, gerados pelos investimentos do programa em nível setorial.

Este esforço metodológico justifica-se por seu sincronismo em relação as preocupações de Keynes (1982) na Teoria Geral com relação aos níveis de emprego e renda. Diferentemente da teoria clássica em que o mercado de trabalho e o nível de emprego são regulados pelos salários e pela eficiência marginal do trabalho, para autor o nível de emprego é determinado pelas decisões dos capitalistas de produzir e investir.

O instrumental insumo-produto não será apresentado por não representar o objetivo maior do trabalho, no entanto, sua construção e desenvolvimento pode ser encontrado em Miller e Blair (2009) e Guilhoto (2011). Destaca-se que a matriz utilizada foi disponibilizada pelo Nereus no ano de 2006¹⁵ e para a apresentação dos setores procurou-se agregá-los, deixando aberto apenas os setores compatíveis com os investimentos realizados pelo PAC. Dessa forma, compatibilizou-se a matriz de 56 setores em uma de 14 setores, nos quais os setores industriais foram apresentados por tipo de tecnologia.

Para a avaliação dos setores que o PAC realizou investimentos construiu-se “o índice de ligação Hirschman e Rasmussen¹⁶ que se preocupa com a relação entre cada setor e os demais da economia” (GUILHOTO, 2011, p.43). Isto é, serão avaliados se os setores escolhidos pelo PAC como estratégicos de fato são setores chaves para a economia. A classificação dos setores depende do índice de ligação para trás (ILT) – que avalia o grau de encadeamento de um setor em relação ao da economia – e o índice de ligação para frente (ILF) – que avalia a importância de um setor como fornecedor de insumos.

Nessa classificação, o setor pode ser considerado chave quando: (i) $ILF > 1$ e $ILT > 1$; (ii) dependente da demanda inter-setorial quando $ILF > 1$ e $ILT < 1$; (iii) dependente da oferta inter-setorial quando $ILF < 1$ e $ILT > 1$ e (iv) independente em relação ao resto da economia quando $ILF < 1$ e $ILT < 1$. Essa avaliação é feita com base nas relações de compra e vendas dos setores, indicando uma “foto” da estrutura interna da economia. A ideia da construção dos índices de Hirschman e Rasmussen é avaliar a classificação dos setores da economia buscando identificar setores chaves que promovem o efeito de indução na realização de outros investimentos.

Pela Tabela 2, nota-se que, entre os setores de interesse (destacados na Tabela 2), apenas o setor de “Refino de petróleo e coque” é considerado um setor chave na economia brasileira. O setor de construção civil, por sua vez, é independente pois não apresenta relações de compra e venda superiores as estabelecidas na economia. Todavia, conforme Teixeira e Carvalho

¹⁴ Os impactos diretos referem-se ao aumento do emprego gerado pelo aumento da demanda do setor em uma unidade monetária. Os impactos indiretos referem-se ao aumento do emprego no mesmo setor gerado pelo aumento da demanda em uma unidade monetária e também pelo impacto nos setores indiretamente relacionados a produção deste setor que sofreu o impacto. Por fim, o impacto induzido refere-se ao fato de que o aumento na demanda em um setor leva ao aumento do emprego, elevando o poder aquisitivo das famílias, fazendo com que as mesmas elevem sua demanda final.

¹⁵ Justifica-se o uso da matriz de 2006 por apresentar a estrutura econômica na qual o PAC seria introduzido.

¹⁶ Os índices de Rasmussen/Hirschman são usados para estudar como a estrutura interna da economia se comporta, porém, estes não levam em consideração o nível de produção em cada setor.

(2005) destacam, o setor possui baixo coeficiente de importação, é mão-de-obra intensivo e cujos encadeamentos permanecem na economia nacional.

Por fim, os setores de petróleo e gás, transporte e eletricidade e gás mostraram-se dependentes da demanda inter-setorial, ou seja, representam setores de infraestrutura que podem ser pontos de estrangulamento se não forem desenvolvidos antes do aumento da demanda pelos demais setores econômicos, haja vista que o aumento da oferta em setores de infraestrutura é lento.

Tabela 2: Classificação dos setores da economia - 2006

Setores da economia	ILT	ILF	Classificação
Agropecuária	0,92103	1,1347	Dependente da demanda inter-setorial
Indústria Extrativa e mineral	1,025172	1,044504	Setor-chave
Intensiva em recursos naturais	1,211589	0,884854	Dependente da oferta inter-setorial
Intensiva em trabalho	1,061722	0,930488	Dependente da oferta inter-setorial
Intensiva em escala	1,155735	1,16228	Setor-chave
Diferenciada	1,108894	0,860286	Dependente da oferta inter-setorial
Baseada em ciência	0,986382	0,710755	Independente
Petróleo e gás natural	0,913018	1,557249	Dependente da demanda inter-setorial
Refino de petróleo e coque	1,254735	1,288503	Setor-chave
Construção civil	0,96225	0,64162	Independente
Transportes	0,951255	1,108427	Dependente da demanda inter-setorial
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	0,868158	1,237361	Dependente da demanda inter-setorial
Serviços públicos	0,789051	0,54432	Independente
Serviços privados	0,791009	0,894653	Independente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Nereus

Com relação a classificação dos setores, Guilhoto (1995) propõe um relaxamento a restrita classificação do setor chave buscando considerar “setor chave” não apenas aqueles com ILF e ILT maiores que um, mas também quando ou ILF ou ILT forem maiores que a unidade. Dessa forma, todos os setores que receberam investimentos do PAC podem ser considerados chave e, apenas, o setor de construção civil não pode ser classificado nessa categoria.

Contudo, deve-se destacar que o setor de construção civil é considerado importante dado seus efeitos sociais, conforme Teixeira e Carvalho (2005, p. 24) destacam: “(...) reduzir os gargalos de infraestrutura que prejudicam a competitividade sistêmica da economia brasileira e impedem a sustentabilidade do desenvolvimento econômico e social”.

De acordo com Guilhoto (2011) o multiplicador da produção, conforme a Tabela 3, indica o quanto se produz na economia para cada unidade monetária gasta no consumo final do setor, ou seja, indica o quanto aumenta a produção da economia para cada unidade monetária de consumo final gasta no setor avaliado. Nota-se, por exemplo, que o aumento de um real na demanda final de setor “Refino de petróleo e coque”, leva a um aumento em 3,72 reais da produção na economia. Ademais, além deste setor, destaca-se a importância do setor de construção civil, entre os setores escolhidos pelo PAC, para o aumento da produção da economia.

Tabela 3: Multiplicador da produção – 2006

Setores da economia	Produto	Ranking
Agropecuária	3,58	8
Indústria Extrativa e mineral	3,65	6
Intensiva em recursos naturais	4,03	1
Intensiva em trabalho	3,72	3
Intensiva em escala	3,73	2
Diferenciada	3,64	7
Baseada em ciência	3,46	12
Petróleo e gás natural	3,57	10
Refino de petróleo e coque	3,72	4
Construção civil	3,66	5
Transportes	3,57	9
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,47	11
Serviços públicos	3,46	13
Serviços privados	3,43	14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Nereus

Na Tabela 4 pode ser visto o efeito gerador do emprego, ranqueado pelo emprego total, da economia brasileira para o ano de 2006. Segundo Guilhoto (2011) através do gerador de empregos é possível avaliar o quanto é gerado direta, indireta e induzidamente de emprego para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final do setor analisado. Por exemplo, para atender um aumento em uma unidade monetária na demanda final do setor de petróleo e gás natural, gera-se, direta, indireta e induzidamente, 59 postos de trabalho na economia.

Pode-se associar o efeito induzido ao multiplicador keynesiano, uma vez que as variações na produção se propagam pela economia através das decisões derivadas de se produzir bens de consumo para atender a nova demanda dos recém-empregados na nova produção. Por exemplo, no caso do setor de petróleo e gás natural, dado um aumento na produção de uma unidade monetária serão gerados induzidamente 44 novos postos de trabalho. No caso dos setores estimulados pelo PAC, o efeito induzido foi maior em todos os casos, justificando a importância destes setores como objetivo de política econômica.

Tabela 4: Efeito gerador de empregos - 2006

Setores da economia	Direto	Indireto	Induzido	Total	Ranking
Agropecuária	92,66	19,22	44,28	156,15	1
Indústria Extrativa e mineral	5,72	14,86	41,23	61,81	8
Intensiva em recursos naturais	10,01	49,42	41,68	101,11	2
Intensiva em trabalho	29,26	20,27	41,25	90,79	4
Intensiva em escala	3,95	18,53	37,10	59,58	10
Diferenciada	5,92	16,85	37,09	59,87	9
Baseada em ciência	3,21	14,76	38,40	56,37	12
Petróleo e gás natural	0,56	14,26	44,22	59,05	11
Refino de petróleo e coque	0,15	12,87	32,38	45,40	14
Construção civil	32,75	16,09	44,19	93,02	3
Transportes	20,05	11,48	42,57	74,10	7
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,67	7,66	44,03	54,36	13
Serviços públicos	20,45	11,68	47,31	79,43	6
Serviços privados	30,42	11,14	46,55	88,11	5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Nereus

Em relação ao efeito gerador de renda, observa-se pela Tabela 5 o ranqueamento dos setores da economia. Naqueles estrategicamente estimulados pelo PAC a construção civil, o setor de petróleo e gás natural e eletricidade e gás são os que têm a maior capacidade de geração de renda induzida na economia. Por exemplo, no caso do setor de petróleo e gás natural que ao ter sua demanda elevada em uma unidade monetária, eleva-se em 1,75 unidades monetárias a geração de renda na economia. Além disso, nota-se que a geração de renda pelo efeito induzido é maior que pelo efeito direto e indireto para todos setores chave do PAC.

Tabela 5: Efeito gerador de renda - 2006

Setores da economia	Direto	Indireto	Induzido	Total	Ranking
Agropecuária	0,56	0,30	0,89	1,75	3
Indústria Extrativa e mineral	0,39	0,41	0,83	1,63	10
Intensiva em recursos naturais	0,23	0,58	0,84	1,65	8
Intensiva em trabalho	0,39	0,41	0,83	1,63	9
Intensiva em escala	0,25	0,47	0,75	1,46	12
Diferenciada	0,28	0,44	0,75	1,46	13
Baseada em ciência	0,37	0,37	0,78	1,52	11
Petróleo e gás natural	0,50	0,35	0,89	1,75	4
Refino de petróleo e coque	0,04	0,59	0,65	1,28	14
Construção civil	0,53	0,32	0,89	1,74	5
Transportes	0,50	0,32	0,86	1,68	7
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	0,53	0,32	0,89	1,74	6
Serviços públicos	0,65	0,26	0,96	1,87	1
Serviços privados	0,65	0,25	0,94	1,84	2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo Nereus

Dessa maneira, pode-se auferir que os setores escolhidos pelo PAC estão entre os sete maiores geradores de renda da economia em 2006. Dessa forma, a análise socioeconômica do PAC através da metodologia insumo-produto possibilitou, ainda com suas limitações, uma melhor compreensão acerca dos setores estrategicamente escolhidos pelo governo brasileiro, através dos dados de produção, emprego e renda.

5. Considerações Finais

O presente trabalho buscou analisar a importância do PAC como um programa de fomento do investimento público e das expectativas que proporcionam, por sua vez, estímulo ao investimento privado. Dessa forma, buscou-se avaliar a importância do programa por uma ênfase keynesiana. Os instrumentais que permitiram a análise foram o uso de um referencial bibliográfico a fim de explicitar a teoria keynesiana e os aspectos do PAC além da metodologia insumo-produto.

Na perspectiva keynesiana da importância do Estado como agente orientador e fomentador do investimento e, portanto, da demanda efetiva, conforme visto na revisão teórica, pode-se auferir que o PAC se enquadra neste arcabouço teórico. Ademais, a conexão entre o PAC e a teoria keynesiana do investimento pode ser vista dada a importância deste componente no programa. Nesse contexto, o Estado possuiria o papel de elevar o nível de confiança dos agentes, proporcionando boas expectativas sobre o futuro, estabelecendo uma manutenção da eficiência marginal do capital e prevenindo grandes oscilações dessa variável. Dessa forma, a intervenção estatal é justificada uma vez que, conforme Keynes (1982) afirmou, não se pode abandonar à iniciativa privada a responsabilidade sobre os níveis de investimento.

Nesse aspecto, destaca-se que o PAC, criado em 2007, teve como objetivo para além de elevar o investimento público e privado, resgatar a ideia de planejamento governamental a longo prazo na economia como ressaltou Mantega (2007). Com isso, priorizou-se o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país, ou seja, áreas que podem ser consideradas chaves ao desenvolvimento econômico.

Dessa maneira, utilizando a metodologia insumo-produto, observa-se que o programa focou em cinco setores relevantes: i) petróleo e gás natural; ii) refino de petróleo e coque; iii) construção civil; iv) transportes e v) eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana, conforme observado pelos multiplicadores do emprego, renda e produto. Pela metodologia conclui-se que, com exceção do setor de construção civil, todos os setores escolhidos estrategicamente pelo programa são chave. Ademais, constatou-se com base no Balanço Completo do PAC (2010) que 94,1% (R\$ 619 bilhões) do orçamento previsto do programa foi executado.

Contudo, apesar dos impactos positivos previstos e planejados pelo programa, a crise internacional a partir de 2008 tornou-se um percalço ao seu sucesso, pois, ao invés do programa ter que atuar apenas como um fomentador do investimento, este foi utilizado como medida anticíclica, atenuando seu propósito inicial.

6. Referências Bibliográficas

BACEN. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home>>. Acesso em: 20/06/2017

BELLUZZO, L.G & ALMEIDA, J. G. (2002): **Depois da queda**, São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

BUSATO, M. I.; REIF, A. C.; POSSAS, M. L. **Uma tentativa de integração entre Keynes e Kalecki**: investimento e dinâmica. 2016.

CARVALHO, F. C. **Mr. Keynes and the Post Keynesians** - Principles of Macroeconomics for a Monetary Production Economy. Aldershot: Elgar, 1992.

CHILIATTO-LEITE, M. V. **Teorias da Demanda Efetiva**: Keynes, Kalecki e algumas implicações. III Encontro Internacional da AKB. São Paulo, 2010.

DIEESE. **Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento**. Nota Técnica Número 41, Janeiro/2007.

FRISCHTAK, C. R. **Requisitos para sustentar o crescimento**. In: VELLOSO, J. P; ALBUQUERQUE, R. C. de. Chegou a vez do Brasil. Oportunidade para a geração de brasileiros que nunca viu o país crescer. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

GUILHOTO, J. J. M. **Análise de insumo-produto**: teoria e fundamentos. 2011.

IPEADATA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: < <http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 20/06/2017.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Ed. Nova Cultural, 1982.

MANTEGA, G. **O PAC e a política econômica do governo**. In: VELLOSO, J. P; ALBUQUERQUE, R. C. de. Chegou a vez do Brasil. Oportunidade para a geração de brasileiros que nunca viu o país crescer. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

NEREUS. **Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP**. Disponível em: < <http://www.usp.br/nereus/>>. Acessado em: 20/06/2017

PAC. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/>>. Acessado em: 17/05/2017

POSSAS, M. L. **Para uma Releitura Teórica da Teoria Geral, em Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 16, n.9 2, agosto de 1986, p. 295-307, 1986.

ROUSSEFF, D. **O PAC e sua implementação**. In: VELLOSO, J. P; ALBUQUERQUE, R. C. de. Chegou a vez do Brasil. Oportunidade para a geração de brasileiros que nunca viu o país crescer. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

SOARES, L. H. P.; DE NEGRI, J. A. **Por que o PAC deve fomentar a pesquisa e o desenvolvimento**. In: VELLOSO, J. P; ALBUQUERQUE, R. C. de. Chegou a vez do Brasil. Oportunidade para a geração de brasileiros que nunca viu o país crescer. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

TEIXEIRA, L. P.; DE CARVALHO, F. M. A. **A construção civil como instrumento do desenvolvimento da economia brasileira**. Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD, n. 109, p. 9-26, 2011.